



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia doze de novembro de dois mil e dezenove, no Plenário Judivan Cabral, desta Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Atendendo o Edital de Convocação publicado no DPL de nº 7.842 do dia 11 de novembro de 2019, sob a Presidência da Deputada Cida Ramos e com a presença do deputado Wilson Filho na qualidade de líder. A Presidenta realizou a leitura do Edital de Convocação da Presente Reunião, além de afirmar a importância de todos os presentes na reunião. Justificou as ausências dos deputados que compõem a referida CPI, devido à realização de outras sessões nesta Casa no mesmo horário. Ato contínuo, a presidenta pediu que as autoridades convidadas fizessem a devida apresentação técnica profissional: a senhora Adélia de Moura Gomes, representante da Secretaria de Estado da Saúde; a Gilberta Santos Soares, Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; o senhor Coronel Lamark Victor Donato, Secretário Executivo de Segurança; o senhor Major Vinícius Cezar, representante do grupo de Análise Criminal e Estatística; o senhor Carlos Othon Mendes de Oliveira, delegado titular da delegacia de homicídios da Polícia Civil do Estado da Paraíba; a senhora Thaísa, servidora da secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano; a senhora Francisca, assistente social e a senhora Gilvaneide Nunes da Silva, Secretária de Estado de Desenvolvimento Humano. Todos acataram o pedido da presidenta. A Presidenta declarou o início das oitivas das autoridades convidadas e proferiu comentários pertinentes aos trabalhos nesta reunião. Oitiva da senhora Gilberta Santos Soares. A presidenta perguntou se há participação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana em ações de algum colegiado

de que tenha participação de movimentos sociais e das mulheres na deliberação de políticas públicas ou serviços de enfrentamento à violência e prevenção do feminicídio. A senhora Gilberta Santos Soares respondeu que existe o Conselho Estadual de Direitos da Mulher que atua de forma ímpar no tocante à demanda apresentada; o Fórum de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Campo, criada para atender as demandas das mulheres do campo; um grupo de trabalho interinstitucional que trabalha implantando diretrizes para que todos os crimes de mortes de mulheres fossem julgados à luz da Lei de Feminicídio; a rede estadual de atenção às mulheres, crianças e adolescente em situação de violência sexual, com o intuito de reunir todos os órgãos que atuam no enfrentamento desse tipo de violência; salientou o protagonismo da Secretaria nas conferências estaduais de políticas para mulheres, que visa estabelecer políticas públicas voltadas para as demandas femininas, com ênfase no enfrentamento da violência contra as mulheres. A deputada presidente pediu para a secretária indagar sobre os programas e medidas integradas de proteção e segurança das mulheres em situação de violência e em risco de morte. A senhora Secretária respondeu explanando as ações de prevenção, assistência, repressão e participação social voltadas à demanda em baila. A deputada Cida Ramos proferiu comentários sobre a resposta da arrolada. A arrolada, ainda, destacou a atuação da patrulha Maria da Penha em voltadas a repressão e a prevenção de violência contra a mulher, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, além do projeto tecendo redes, capacitando profissionalmente os demandados municipais. A deputada Cida Ramos perguntou, ainda, se há recurso pecuniário específico para prevenção ao feminicídio no orçamento no estado. A senhora Secretária respondeu que não, salientando a importância de tê-lo. A deputada Cida Ramos salientou ainda mais sobre a necessidade de um orçamento específico voltado para combater o feminicídio. A presidenta da reunião agradeceu a participação da senhora Secretária e encerrou a oitava em questão e registrou a presença da senhora Elizângela Inácio, professora da Universidade Federal da Paraíba. Em seguida passou-se à oitava do senhor Carlos Othon Mendes de Oliveira. A presidenta da reunião perguntou quais são as dificuldades para conclusão dos inquéritos sobre feminicídio. O delegado respondeu que é de fácil elucidação de autoria e de difícil prevenção, porque geralmente há ausência de testemunhas e o autor forja a cena do crime, por exemplo. Cena esta, que tem que ser analisada de forma cuidadosa, salientou o senhor delegado. Proferiu comentários acerca da juridicidade do crime. Salientou, ainda, a importância da prevenção e da repressão do crime de feminicídio. A presidenta perguntou se durante o inquérito há um trabalho conjunto com a delegacia da mulher. O senhor delegado disse que sim, explanando as ações conjuntas voltadas ao caso em baila. A deputada perguntou o quão é importante testemunhas para elucidação deste tipo de crime. O senhor delegado disse que é fundamental, além da participação do Poder Judiciário e do Ministério Público na elucidação dessa demanda. A presidenta agradeceu a participação do senhor delegado e encerrou a oitava em questão. Na sequência foi iniciada a oitava da senhora Adélia de Moura Gomes. A presidenta da reunião perguntou quais os critérios e procedimentos utilizados no tocante à saúde, para notificar os casos

de violência contra a mulher que chegam às diversas unidades de saúde. A senhora ouvida respondeu que o instrumento utilizado é o da notificação, que é destinada para fim de epidemiologia em casos suspeitos e confirmados de violência doméstica. Salientou que o grande desafio é conscientizar os profissionais no sentido de entender que este ato não é uma denúncia. Além de atividades intersetoriais voltadas a combater os crimes contra a mulher e atender as necessidades do dia a dia das mulheres. A presidenta agradeceu a participação da senhora Adélia de Moura Gomes e encerrou a oitiva em questão. Oitiva do senhor Coronel Lamark Victor Donato. A presidenta perguntou quais as principais dificuldades do sistema de segurança em elucidar os crimes de feminicídio e violência contra a mulher, além da prevenção do feminicídio. O senhor Coronel respondeu que a maior dificuldade é elucidar o crime, devido toda a complexidade do processo investigatório e explanou toda essa dificuldade. Disse que a Paraíba está entre os estados que mais reduziram os índices de violência contra a mulher no país. Salientou a importância da mídia no tocante às campanhas de conscientização com o intuito de incentivar as denúncias de violência doméstica. A presidenta perguntou, ainda, quais são os instrumentos de avaliação do grau de risco de morte entre a violência até chegar ao feminicídio. O senhor Coronel respondeu que essa demanda é muito subjetiva, mas em tese, por exemplo, a mulher que procura a polícia em mais de uma ocasião têm mais risco que uma que procurou uma vez ou que nunca procurou. Mas afirmou que não tem parâmetro para tal, ficando na subjetividade. Salientou o programa SOS Mulher, que foi criado com o intuito de disponibilizar aparelhos eletrônicos para que as mulheres informem situações de risco. Salientou, ainda, a importância da Patrulha Maria da Penha no tocante à demanda em questão. A presidenta agradeceu a participação do senhor Coronel Lamark Victor Donato e encerrou a oitiva em questão. Nesse ínterim foi iniciada a oitiva da senhora Gilvaneide Nunes da Silva. A presidente da sessão perguntou se a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano promove capacitação, cursos e formação para os profissionais que atuam na rede de formação da mulher em situação de violência. A senhora Gilvaneide Nunes da Silva disse que há uma política de formação profissional nos termos da indagação, salientando que o estado da Paraíba é referência nacional nesta demanda. Salientou a participação dos CREAS em fomentar essa demanda, além do disque 123. Proferiu comentários acerca das capacitações ocorridas nos espaços destinados a este fim. Disse que há acompanhamento mensal destas demandas e acompanhamento dos municípios onde ocorre o maior número de crimes contra a mulher. A deputada Cida Ramos salientou os números telefônicos destinados a denunciar crimes contra a mulher. A presidenta perguntou quais as atividades realizadas no âmbito do Programa de Atendimento Especializado às Famílias e se nesse programa aparecem os dados de violência contra a mulher. A senhora Secretária respondeu que há atendimento e acompanhamento junto ao Ministério Público quando necessário, quando não a Secretaria acompanha até o cessar da violência. A presidenta perguntou, ainda, se existe um acompanhamento do ciclo de ruptura da violência vivenciado pelas mulheres que são atendidas pelo Programa de Atendimento Especializado às Famílias e qual é a maior dificuldade para ruptura desse

ciclo. A senhora Secretária disse que a maior dificuldade é a questão dos laços socioafetivos. A presidenta da reunião agradeceu a participação da senhora Gilvaneide Nunes da Silva e encerrou a oitiva em questão. A deputada Cida Ramos facultou a palavra aos participantes desta reunião e informou que haverá reunião da CPI em baila na cidade do Rio de Janeiro. A senhora Gilberta Santos Soares disse que foram realizadas doze campanhas publicitárias pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, além de destacar a criação de novas delegacias da mulher e normas legislativas voltadas para combater o crime contra a mulher. Falou sobre a criação do Empreender Mulher. A senhora Adélia de Moura Gomes agradeceu a oportunidade de participar desta reunião. O senhor Coronel Lamark Victor Donato agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e falou sobre os índices de medidas protetivas executadas pelo estado. O senhor Carlos Othon Mendes de Oliveira também agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e sugeriu a participação dos peritos criminais na temática da CPI em baila. A senhora Gilvaneide Nunes da Silva agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e falou sobre a importância de destinar um orçamento específico para combater o crime contra a mulher. A deputada Cida Ramos destacou a presença da Doutora Maíse e da Doutora Renata na reunião, além da importância de ambas para a CPI em questão. Registrou, ainda, seu pesar pelo falecimento da delegada de Polícia Civil, senhora Ranielle Vasconcelos Cabral, além de comentar que já ocorreram três feminicídios desde a Audiência Pública no âmbito desta CPI, que ocorreu na cidade de Patos. O deputado Wilson Filho destacou o trabalho desta CPI para diminuir os números de feminicídios no estado da Paraíba. A senhora Professora Elizângela agradeceu a participação e a colaboração de todos que participarem da oitiva desta reunião. A senhora Raphaela Ramalho, assessora da deputada Cida Ramos, proferiu comentários sobre a sua disponibilidade em atuar em prol da referida Comissão Parlamentar de Inquérito. A Presidenta declarou encerrada a Reunião. Lavrando a presente Ata o redator José Ronaldo Lima Teotônio, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala de Reuniões, João Pessoa-PB, 12 de novembro de 2019.


Deputada Cida Ramos
Presidenta